



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 24/03/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado criticou o que classificou como um histórico de corrupção em Governos recentes, citando casos como o Mensalão e o Petrolão. Afirmou que a CPMI do INSS apontaria irregularidades envolvendo aposentados e idosos, e acusou setores da esquerda de dificultar investigações. Também defendeu a continuidade das apurações e associou o cenário político e econômico do País a problemas em áreas como saúde, segurança e educação. Ao final, afirmou que mudanças dependeriam do resultado das eleições e da renovação de representantes no Congresso e no Executivo.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado defendeu a abertura de debate no Congresso sobre o fim da escala de trabalho 6 por 1, destacando a necessidade de atender demandas de trabalhadores, em especial das mulheres. Afirmou que a proposta exige diálogo com o setor produtivo para conciliar geração de emprego e melhores condições de trabalho. Também mencionou a reforma tributária recente e sugeriu medidas complementares, como incentivo ao mercado interno e discussão sobre transporte público com tarifa zero.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, apontando aumento no custo de vida, com destaque para o preço dos combustíveis e a perda do poder de compra da população. Afirmou que promessas econômicas não teriam sido cumpridas e questionou programas sociais e propostas como transporte gratuito. Também mencionou investigações envolvendo o INSS e o Banco Master, citando nomes ligados a governos anteriores e defendendo a continuidade das apurações. Por fim, criticou ainda o Supremo Tribunal Federal, apontando suposta interferência no Congresso Nacional.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado denunciou supostas irregularidades na Gestão do Governo do Distrito Federal envolvendo o Banco de Brasília. Afirmou que imóveis públicos teriam sido usados como garantia para cobrir prejuízos do banco, destacando a subavaliação de um terreno pertencente à Companhia Energética de Brasília. Também criticou decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e pediu investigação por parte da Comissão de Valores Mobiliários. Por fim, informou que ingressou com ação popular e cobrou responsabilização do Governador Ibaneis Rocha.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou agenda de visitas a municípios do interior da Bahia, com destaque para ações no Município de Feira da Mata (BA). Mencionou a atuação em obras de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

infraestrutura, como a pavimentação da BR-030 e a recuperação de estradas vicinais por meio de emendas parlamentares. Também destacou a entrega de equipamentos e investimentos em abastecimento de água, com recursos do PAC em parceria com o governo estadual, beneficiando diversas comunidades rurais.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado denunciou supostas irregularidades envolvendo o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Citou informações sobre um possível repasse financeiro da empresa J&F Investimentos a escritório ligado ao Governador, após contrato da PicPay com o Governo do Distrito Federal. Também afirmou que pretende acompanhar o caso e cobrou apuração dos órgãos competentes, defendendo responsabilização diante das suspeitas levantadas.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado lamentou o falecimento do ex-Deputado Ariosto Holanda, ocorrido em 21 de março, destacando sua trajetória marcada pela dedicação à educação, à ciência e à inovação. Ressaltou a atuação de Ariosto na Câmara dos Deputados, especialmente no Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, e sua contribuição para o desenvolvimento do País.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a situação administrativa do Rio de Janeiro e acusou o Governo estadual, sob Cláudio Castro, de permitir a instalação de esquemas de corrupção em diferentes áreas da gestão pública. Mencionou irregularidades em secretarias como Administração Penitenciária, Fazenda, Educação e Obras, apontando loteamento político e fragilidade na condução do Executivo. Também fez críticas à relação entre lideranças religiosas e o Governador, questionando o uso da fé em contextos políticos.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada defendeu o projeto que estabelece tempo máximo de espera para atendimento de crianças e adolescentes no Sistema Único de Saúde. Afirmou que, apesar de marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, há distância entre a legislação e o acesso real aos serviços de saúde. Também ressaltou que o projeto busca assegurar atendimento dentro de prazos definidos, com prioridade efetiva, evitando agravamento de quadros clínicos e garantindo acesso digno à população mais vulnerável.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que, apesar de divergências políticas, reconheceu a fala da Deputada Heloísa Helena sobre a precariedade no sistema de saúde. Criticou a atuação do Governo Federal diante de denúncias envolvendo o INSS e o chamado caso do Banco Master, citando a participação de figuras públicas e questionando a transparência. Também mencionou a falta de enfrentamento ao crime organizado e levantou suspeitas sobre possíveis conexões internacionais. Por fim, criticou promessas de campanha não cumpridas e manifestou indignação com a situação econômica e social do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Hugo Leal (PSD - RJ) - O Deputado alertou para a instabilidade institucional no Rio de Janeiro, afirmando que o Estado vive incerteza sobre sua condução política, com decisões concentradas no Judiciário e possibilidade de mudanças decorrentes de julgamentos no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral. Apontou impactos na execução de políticas públicas em áreas como segurança, saúde e transporte, e defendeu a definição de um comando legítimo, ainda que provisório. Também convidou para audiência pública na Comissão de Viação e Transportes sobre o sistema de pedágio eletrônico “*free flow*”, destacando dificuldades de adaptação e o alto número de multas registradas com a nova tecnologia.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado destacou a visita de empresários do Pará à Câmara, incluindo representantes da Federação das Indústrias do Estado do Pará e da Confederação Nacional da Indústria, que apresentaram a agenda legislativa do setor produtivo. Ressaltou a importância de ouvir empresários para impulsionar a geração de emprego e renda, especialmente em cadeias produtivas como a da carne.

Paulão (PT - AL) - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de lei nº 6.894, de 2013, que garante a contagem de tempo previdenciário para bolsistas de pós-graduação, classificando a medida como incentivo à pesquisa e à dedicação acadêmica. Mencionou a atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente, com foco na proteção de crianças e adolescentes diante de riscos nas redes sociais e no ambiente digital. Também criticou serviços prestados por concessionárias em Alagoas após processos de privatização, apontando aumento de tarifas, falhas no fornecimento de energia e água e ausência de fiscalização eficaz.

Lincoln Portela (PL - MG) - O Deputado alertou para o aumento dos casos de feminicídio no Brasil em 2025, citando crescimento de 5% e média de seis mulheres assassinadas por dia. Destacou preocupação com relatos de envolvimento de agentes da segurança pública em crimes e defendeu o aprimoramento de mecanismos legais pelo Congresso. Relembrou a aprovação de lei que ampliou a pena para crimes contra mulheres sob medida protetiva e informou a intenção de propor novo aumento das punições. Também mencionou riscos como sequestro de crianças e tráfico humano, incluindo denúncias relacionadas à Região Amazônica, e defendeu ações para reforçar a proteção de mulheres e crianças no País.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado informou que o Ministro Alexandre de Moraes autorizou o ex-Presidente Jair Bolsonaro a cumprir prisão domiciliar, decisão anunciada no início da tarde. Relatou que a medida atendeu a pedidos da família e a avaliações sobre a condição de saúde do ex-Presidente. Também afirmou que houve concordância de diferentes setores políticos quanto à necessidade da medida e classificou a decisão como voltada à proteção da vida e ao equilíbrio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado apresentou a Prefeita de Lima Duarte (MG), destacando sua atuação no segundo mandato, sua formação como professora e sua trajetória no Partido dos Trabalhadores. Ressaltou características do Município da Zona da Mata mineira, como o turismo no Parque Estadual do Ibitipoca e a tradição na produção de queijos. Também enviou cumprimentos à Prefeita de Juiz de Fora (MG), Margarida Salomão, e ao povo da região, reforçando a importância política e cultural da Zona da Mata de Minas Gerais.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado criticou a instabilidade política no Rio de Janeiro, afirmando que o Estado enfrenta um cenário sem Governador, Vice, o que gerou incerteza sobre a condução administrativa. Questionou a saída antecipada do chefe do Executivo e comparou a situação a uma “festa” diante de uma possível cassação. Também cobrou a apresentação de planos de Governo por parte de grupos políticos e defendeu maior responsabilidade na escolha dos representantes. Por fim, destacou problemas na segurança pública e afirmou que a população sofre com violência e falta de Gestão, apelando por voto consciente nas próximas eleições.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou agenda no interior da Bahia, com visitas a comunidades rurais de Carinhanha (BA). Destacou a realidade de famílias que ainda enfrentam dificuldades de acesso à água, apesar da localização entre os rios São Francisco e Carinhanha. Informou que durante a visita ao Núcleo do Jupí, entregou um trator a uma associação local. Também informou que a ação integrou o conjunto de investimentos destinados à agricultura familiar por meio de emendas, incluindo equipamentos e infraestrutura rural, e ressaltou o impacto dessas iniciativas na melhoria das condições de vida das comunidades atendidas.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado prestou homenagem à esposa, Josefa Santana da Silva, falecida após período de doença. Relembrou a trajetória da companheira, natural da Paraíba, com passagens por Campina Grande (PB) e Diadema (SP), destacando sua atuação como trabalhadora e liderança comunitária. Mencionou a convivência familiar, os filhos e o apoio recebido durante o período de tratamento, além de ressaltar o legado de valores, solidariedade e dedicação deixado por Josefa. Também agradeceu manifestações de apoio e afirmou que a memória da esposa permanece presente como referência para familiares, amigos e a comunidade.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao Parlamentar Vicentinho pela morte de sua ex-companheira, Josefa Santana da Silva. Destacou o caráter e a dedicação da homenageada, ressaltando sua trajetória como mãe e presença importante na vida familiar. Também solicitou um minuto de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

silêncio em respeito à memória de Josefa, reconhecendo sua contribuição na criação dos filhos e sua relevância na vida do colega.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado agradeceu o gesto do Parlamentar Otoni de Paula que solicitou um minuto de silêncio em homenagem à sua ex-companheira, D. Josefa, falecida havia pouco. Mencionou familiares, destacando filhos, noras e netos, frutos da união com D. Josefa, e relatou a importância dessas relações em sua trajetória.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado registrou a mobilização de mais de 800 candidatos de concurso da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que contestaram erros na aplicação de prova ao longo de mais de 12 anos. Relatou dificuldades enfrentadas pelo grupo, como descrédito, mobilizações e custos próprios para comprovar falhas no processo. Afirmou ainda que os candidatos demonstraram que o erro partiu da banca organizadora e não dos participantes. Por fim, destacou a conquista do grupo, formado por pais e mães de família.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado criticou a gestão do ex-Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e afirmou que o Estado foi deixado com aumento da dívida pública e medidas controversas na educação. Destacou a proposta de leilão de 95 escolas estaduais, o que gerou reação de entidades como o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, em greve e com mobilizações em cidades mineiras. Mencionou também impactos sobre salários de professores e citou investigações sobre operações de crédito consignado envolvendo beneficiários de programas sociais.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou homenagem ao Município de São José do Vale do Rio Preto (RJ) pelo reconhecimento nacional na área da educação. Destacou a presença do Prefeito e da Secretária de Educação em Brasília para receber o Selo Ouro do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Relatou ainda que a conquista refletiu o trabalho da gestão municipal na alfabetização de crianças e no fortalecimento do ensino básico. Parabenizou a administração local e afirmou que a iniciativa contribuiu para a formação das futuras gerações e para a melhoria da qualidade da educação no País.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou investimentos no Instituto Federal Baiano, campus de Guanambi (BA), e celebrou a inauguração de um refeitório construído com emenda parlamentar de 800 mil reais. Ressaltou a importância da estrutura para atender estudantes da região e fortalecer a permanência escolar. Parabenizou o ex-diretor Carlito Barros pela gestão e desejou sucesso ao novo diretor, Ariomar, ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

assumir a unidade. Por fim, enfatizou o papel do instituto na formação de profissionais que atuam no oeste baiano e reafirmou o compromisso de manter apoio à educação por meio de seu mandato.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado comentou a mudança na Prefeitura do Rio de Janeiro, com a saída de Eduardo Paes e a posse do vice, Eduardo Cavaliere. Destacou a trajetória de Paes à frente do Município e avaliou que a escolha do sucessor reuniu critérios técnicos e capacidade de diálogo. Afirmou que havia expectativa positiva em relação à nova gestão e manifestou apoio à decisão de Paes de disputar o Governo Estadual. Por fim, mencionou desafios administrativos no Estado do Rio de Janeiro e defendeu a necessidade de melhorias na gestão pública.

Missionário José Olimpio (PL - SP) - O Deputado destacou ações e propostas de seu mandato, com ênfase em iniciativas sociais e de apoio a trabalhadores. Registrou também os 28 anos da Igreja liderada por Valdemiro Santiago e ressaltou o papel de instituições religiosas no acolhimento de pessoas vulneráveis. Além disso, apresentou projeto voltado à proteção previdenciária de vigilantes, com foco no registro adequado das condições de risco da profissão. Também detalhou proposta que criou programa de apoio a famílias de doadores de órgãos, com ressarcimento de despesas funerárias. Por último, mencionou a criação de frente parlamentar para promover inclusão social e integração de políticas públicas.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado abordou a segurança pública no Rio de Janeiro e destacou mudanças recentes na gestão estadual, incluindo a substituição no comando da Polícia Militar. Elogiou a atuação do Coronel Menezes e desejou êxito ao novo comandante, Coronel Sylvio Guerra. Relatou ainda ações em São João de Meriti (RJ) para remoção de barricadas e retomada do direito de circulação, citando apoio policial e investimentos do mandato em viaturas, motos e equipamentos. Além disso, defendeu a expansão do programa Barricada Zero e a criação de guardas municipais armadas como reforço à segurança, além de mencionar riscos enfrentados em sua atuação contra o crime organizado.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado anunciou novos investimentos para a segurança pública do Ceará por meio de emendas parlamentares. Informou a destinação de 6 milhões de reais, incluindo a aquisição de 779 fuzis calibre 5,56 para unidades da Polícia Militar e equipamentos para a Polícia Civil. Citou também recursos para academias de treinamento de batalhões e a entrega de veículo de resgate para o Corpo de Bombeiros. Afirmou que os investimentos somaram cerca de 7,9 milhões de reais em dois anos e defendeu maior apoio às forças de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado repercutiu reportagem sobre viagem do filho do Presidente Lula ao exterior, associando o caso a investigações envolvendo o INSS. Afirmou que haveria irregularidades no uso de recursos e criticou a condução da CPMI, ao apontar resistência do Governo à ampliação das apurações. Mencionou ainda tentativas de prorrogação da comissão e questionou decisões sobre convocações de investigados.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado comentou investigações envolvendo operações de crédito consignado e citou a atuação de instituições financeiras durante o Governo anterior. Afirmou que autorizações e decisões regulatórias teriam permitido práticas que prejudicaram aposentados e pensionistas, mencionando o papel do Banco Central à época. Abordou também doações eleitorais vinculadas a essas instituições e defendeu apuração ampla dos fatos. Por fim, criticou a condução da CPMI, ao apontar falta de imparcialidade na presidência e na relatoria, e afirmou que o colegiado deveria priorizar a apuração técnica e a responsabilização dos envolvidos.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado destacou a tramitação do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, de sua autoria, voltado ao combate à exploração sexual de crianças na internet. Afirmou que a proposta buscou fechar lacunas legais, incluindo o enfrentamento ao uso de inteligência artificial para crimes como pornografia infantil e assédio. Relembrou ainda iniciativas anteriores, como o Marco Legal da Primeira Infância e leis de prevenção ao suicídio e ao *cyberbullying*. Por fim, ressaltou impactos da violência na formação de crianças e defendeu aprimoramento contínuo da legislação diante das novas tecnologias.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou visita ao Colégio Estadual do Campo de Mutãs, em Guanambi (BA), onde ouviu demandas por melhorias na infraestrutura. Destacou compromisso de destinar cerca de 400 mil reais, por meio de emenda, para a cobertura da quadra esportiva, visando ampliar atividades escolares. Ressaltou ainda avanços da escola, que passou a funcionar em tempo integral e ampliou o número de alunos. Por fim, citou investimentos do mandato em áreas como educação, assistência social e agricultura familiar no Município.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado comentou a decisão do Ministro André Mendonça sobre a prorrogação da CPMI do INSS e defendeu a continuidade das investigações. Afirmou que a comissão apurou irregularidades envolvendo descontos e empréstimos consignados, citando possíveis impactos sobre aposentados e beneficiários. Criticou também a condução de autoridades políticas e judiciais, ao questionar decisões e posicionamentos institucionais. Além disso, referiu-se à delação de Vorcaro, que envolveria autoridades de alto escalão, incluindo Ministros do Supremo Tribunal Federal como Alexandre de Moraes e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Toffoli, caracterizando a Suprema Corte como "balcão de negócios". Por fim, elogiou o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República à prisão domiciliar do ex-Presidente Bolsonaro, criticando Alexandre de Moraes por mantê-lo preso aos 71 anos, com problemas de saúde decorrentes da facada sofrida, numa UTI com pneumonia, por um "crime que não aconteceu".

Paulão (PT - AL) - O Deputado defendeu a realização de audiência pública para discutir o mercado de combustíveis e possíveis práticas de adulteração, com críticas à atuação de órgãos de fiscalização. Mencionou a Agência Nacional do Petróleo e os Procons estaduais, ao cobrar maior efetividade no controle de preços e qualidade. Abordou também políticas educacionais e destacou avanço na alfabetização infantil, com 66% das crianças da rede pública alfabetizadas na idade adequada, acima da meta prevista. Por fim, ressaltou a importância de ampliar investimentos em creches, educação básica e valorização de profissionais, além de defender prioridade às políticas voltadas à infância.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado criticou o Governo Lula por promessas não cumpridas, especialmente sobre combustíveis e transparência, e denunciou a grave situação da segurança pública no Ceará, relatando casos de extorsão e assassinatos por facções em cidades como São Luís do Curu (CE) e Itapajé (CE); além disso, cobrou o Governo Estadual pela não nomeação de aprovados em concursos da área de segurança, apontando contradição entre a alegada urgência e a falta de ação.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado anunciou a liberação de mais de R\$ 4 milhões para obras de pavimentação em Cidelândia (MA), destacando a atuação do ex-Prefeito Fernando Teixeira. Em seguida, fez críticas ao Ministro Flávio Dino, acusando-o de interferência política ao citar o desarquivamento de processo contra o Senador Roberto Rocha e mudanças partidárias que, prejudicam a candidatura do Parlamentar, classificando a situação como uso indevido de cargo no Supremo Tribunal Federal.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado alertou para a alta nos preços dos combustíveis no Brasil, com gasolina próxima de R\$ 7,50 e diesel chegando a até R\$ 10, atribuindo o problema tanto à guerra internacional quanto à má gestão do Governo, e defendeu medidas urgentes, como redução de tributos, para evitar paralisação de caminhoneiros, aumento do frete, inflação e perda de renda da população.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada criticou generalizações políticas que associam ideologias à corrupção, defendendo que acusações sejam feitas de forma individualizada, e fez um apelo para apoio à criação de uma CPMI que investigue irregularidades, inclusive envolvendo o Banco Master, afirmando que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

não tem compromisso com irregularidades em nenhum campo político ou institucional e que todos os responsáveis devem ser investigados e responsabilizados.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado fez críticas à execução de obras educacionais pelo Governo Lula, afirmando que apenas uma parcela das obras previstas teria sido concluída, com destaque para atrasos em projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento. Também mencionou o desempenho educacional do Brasil em avaliações internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), comparando negativamente o País a outras nações emergentes, especialmente do Sudeste Asiático. Em seguida, criticou o pagamento de honorários a advogados públicos da Advocacia-Geral da União (AGU), apontando que esses valores, somados aos salários, configurariam privilégios. Além disso, citou o nome de Jorge Messias como exemplo dentro desse contexto. Por fim, argumentou que há desequilíbrio entre a execução de políticas públicas na área da educação e a remuneração de determinadas carreiras do setor público.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a importância do Projeto de irrigação Vale do Iuiu, na Bahia, classificando-o como uma pauta histórica da região, com mais de 40 anos de promessas sem execução. Relembrou sua atuação desde que chegou à Câmara, em 2019, articulando audiências públicas, mobilizações locais e diálogo com autoridades para viabilizar o avanço da proposta. Lembrou que o projeto já teve estudos concluídos e passou por discussões com comunidades e gestores municipais, com apoio de órgãos como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Enfatizou que a iniciativa pode irrigar cerca de 51 mil hectares e gerar mais de 50 mil empregos diretos, sendo fundamental para uma região marcada por baixa pluviosidade e dificuldades na produção agrícola. Na oportunidade, fez um apelo ao Governo Federal, especialmente ao Presidente Lula e ao Ministro da Casa Civil, Rui Costa, para que o projeto seja efetivamente iniciado ainda no atual momento. Ressaltou que a região possui condições favoráveis, como proximidade com o Rio São Francisco, terras férteis e infraestrutura já existente. Por fim, alertou que, caso a execução não avance nos próximos meses, haverá frustração das expectativas locais, reforçando que a iniciativa representa uma oportunidade concreta de desenvolvimento econômico e geração de renda para milhares de pessoas no sudoeste baiano.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada apresentou o Projeto de Lei nº 1.376, de 2026, que altera a Lei nº 8.078, de 1990, para reconhecer os órgãos de proteção e defesa do consumidor (Procons) como integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Ressaltou que o Código de Defesa do Consumidor é uma referência internacional, mas apontou uma lacuna: a ausência de menção expressa ao Instituto de Defesa do Consumidor (Procon) no texto legal. Explicou que o Procon exerce papel essencial no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

cotidiano da população, atuando na fiscalização, mediação de conflitos, educação para o consumo e aplicação de sanções administrativas. Além disso, lembrou que o órgão está presente em todos os Estados e em centenas de Municípios, funcionando como um “balcão da cidadania” e um “pronto-socorro” para os consumidores. Defendeu que a proposta busca reconhecer formalmente o Procon dentro do Código, garantindo maior clareza institucional e fortalecendo sua atuação no sistema nacional de defesa do consumidor. Por fim, agradeceu a colaboração de profissionais da área, destacando a contribuição de servidores do Procon na construção da iniciativa.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado relatou o feminicídio ocorrido em Vitória (ES), envolvendo a morte de uma agente de segurança pública. Lembrou que a vítima, Dayse Barbosa, que atuava como Comandante da Guarda Municipal, foi assassinada pelo ex-companheiro, um policial rodoviário federal, que em seguida tirou a própria vida. Destacou a gravidade do crime e associou o episódio a uma cultura de violência de gênero, marcada por machismo, misoginia e pela ideia de posse sobre as mulheres. Chamou atenção para o crescimento dos casos de feminicídio e criticou discursos que contribuem para a naturalização da violência contra mulheres. Por fim, defendeu ações mais firmes de enfrentamento, citando a importância de iniciativas como o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, e fez um apelo para mobilização conjunta do poder público e da sociedade no combate à violência de gênero.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado concordou com a necessidade de combater o feminicídio no Brasil, mas criticou a citação de casos isolados de profissionais da segurança pública. Afirmou que existem casos envolvendo esse profissionais e também milhares de assassinatos cometidos por homens sem vínculo com a segurança. Além disso, declarou descrença no Governo Lula, tachado de mentiroso e protetor de criminosos, pois a Esquerda votou contra projetos para endurecer penas, inclusive o Antifacção. Por fim, defendeu a pena de morte para crimes graves contra mulheres.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou agenda institucional no interior da Bahia, destacando ações realizadas em Municípios do sertão com a presença do Governador Jerônimo Rodrigues. Mencionou entregas e anúncios de obras em cidades como Ribeira do Amparo (BA), Ribeira do Pombal (BA) e Tucano (BA), incluindo construção de unidade de saúde e pavimentação de rodovias estaduais, como trechos das BAs 084 e 395. Ressaltou que essas obras representam investimentos relevantes para infraestrutura e mobilidade na região. Também destacou a atuação de lideranças locais e Prefeitos, além de ressaltar seu próprio compromisso com o desenvolvimento do sertão baiano. Por fim, elogiou ações do Governo Federal, mencionando iniciativas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como a expansão de institutos federais, universidades e investimentos em saúde, apontando impacto positivo para o interior do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Weliton Prado (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado destacou avanços na política pública de enfrentamento ao câncer no Brasil, ressaltando seu papel como fundador e Presidente da comissão temática na Câmara. Mencionou a criação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, que abrange desde a prevenção até cuidados paliativos e reabilitação, buscando garantir atendimento integral aos pacientes. Destacou a ampliação do acesso à mamografia para mulheres a partir dos 40 anos; a oferta de quimioterapia oral para pacientes com câncer metastático; a compra centralizada de medicamentos pelo Governo Federal para reduzir custos; a inclusão da cirurgia robótica no Sistema Único de Saúde (SUS), com iniciativas já em curso no Instituto Nacional de Câncer (Inca); e a aprovação da imunoterapia no Congresso, ainda pendente de sanção presidencial. Além disso, reforçou a importância de ampliar o acesso a novas tecnologias no SUS, destacando que a maioria dos pacientes depende da rede pública. Por fim, defendeu a criação de um fundo nacional de combate ao câncer e citou investimentos de seu mandato, com recursos destinados à estruturação de centros de prevenção e tratamento, especialmente em Minas Gerais, voltados à saúde da mulher, do homem e à reabilitação de pacientes.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado defendeu a concessão de prisão domiciliar ao ex-Presidente Jair Bolsonaro por motivos de saúde. Argumentou que o ex-Presidente apresenta um quadro clínico grave e crônico, com problemas digestivos recorrentes, complicações decorrentes de cirurgias anteriores e outras condições que exigiriam acompanhamento médico contínuo. Além disso, criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes de estabelecer um prazo determinado para a medida, argumentando que doenças crônicas não podem ser tratadas com prazos fixos e que a domiciliar deveria ser mantida de forma contínua enquanto durar a pena. Por fim, classificou a condenação como injusta e reforçou que a medida é necessária para preservar a saúde e a qualidade de vida do ex-Presidente.

Ribamar Silva (PSD - SP) - O Deputado saudou a visita de Vereadores do Município de Taquaritinga (SP) à Câmara dos Deputados. Mencionou os Parlamentares locais e destacou a importância da presença deles em Brasília (DF) na busca por recursos e investimentos para a cidade. Afirmou que a atuação dos Vereadores demonstra compromisso com a população, especialmente por estarem em início de mandato e já mobilizados para viabilizar melhorias para o Município. Por fim, ressaltou o papel da política como instrumento de transformação social, afirmando que o envio de recursos e o trabalho conjunto entre Parlamentares são fundamentais para promover o desenvolvimento local.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um apelo à Mesa Diretora da Câmara para que interceda junto ao Presidente do Congresso Nacional, solicitando a realização de sessões conjuntas. Também defendeu a derrubada de veto ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei. Além disso, voltou a criticar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), alegando perseguições políticas e questionando condenações judiciais. Por fim, reiterou críticas ao Judiciário e ao cenário político atual, defendendo medidas que possam beneficiar pessoas condenadas em processos recentes.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado destacou a presença de autoridades do Município de Afonso Cláudio (ES) na Câmara dos Deputados, incluindo o Prefeito Luciano Pimenta e o Secretário de Agricultura. Ressaltou que a comitiva esteve em Brasília (DF) para receber a Medalha Prefeitos pela Alfabetização das Crianças, reconhecendo o trabalho desenvolvido na área educacional do Município. Além disso, elogiou a gestão local, destacando investimentos em educação, cultura e desenvolvimento rural. Também mencionou a diversidade da produção agrícola da cidade, com destaque para o café, a fruticultura, a produção de leite e queijos, apontando esses fatores como bases da prosperidade do Município. Por fim, parabenizou a população e as lideranças locais, associando o desenvolvimento de Afonso Cláudio à valorização da educação e ao trabalho conjunto da comunidade.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um apelo ao Governo do Estado da Paraíba para que resolva pendências relacionadas à valorização salarial dos profissionais da segurança pública. Destacou a situação da Polícia Militar da Paraíba e do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Disse que enquanto alguns cargos teriam reajustes maiores, outros, como subtenentes e tenentes-coronéis, ficariam com percentuais abaixo do esperado. Por isso, defendeu a revisão dos índices, sugerindo aumentos mais próximos das reivindicações das categorias. Por fim, cobrou que o Governador cumpra compromissos assumidos com os profissionais da segurança antes do prazo eleitoral, destacando a importância da valorização dessas carreiras para o funcionamento do Estado.

Lula da Fonte (PP - PE) - O Presidente da sessão saudou a presença de Vereadores do Município de Abreu e Lima (PE), localizado na região metropolitana do Recife (PE). Destacou nominalmente alguns dos Parlamentares municipais presentes, como o Vereador Pastor Ferreirinha e o Vereador Murilo Filho, elogiando a atuação deles na representação da Câmara Municipal.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado destacou um evento político realizado em Brasília (DF), mencionando a filiação do Senador Sergio Moro ao Partido Liberal (PL) e o apoio a candidaturas no Paraná, incluindo Flávio Bolsonaro, Deltan Dallagnol e Filipe Barros. Na sequência, defendeu o fortalecimento de candidaturas alinhadas à direita no país e criticou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

relacionadas ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, que, segundo ele, seria alvo de perseguição política. Também questionou a limitação temporal da prisão domiciliar concedida ao ex-Presidente. Em seguida, fez críticas ao Presidente Lula e à condução do Governo Federal, além de comentar temas de segurança pública, defendendo maior rigor no combate ao crime e valorização das forças de segurança, como as polícias e guardas municipais. Por fim, cobrou investigações sobre casos de corrupção e defendeu que eventuais envolvidos, independentemente de posição política ou institucional, sejam responsabilizados.

Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado saudou a presença da Vereadora Marcellly da Aquarela, do Município de Paulista (PE), em visita à Câmara dos Deputados. Destacou o trabalho da Parlamentar municipal, especialmente nas áreas de apoio a idosos, mulheres e crianças, elogiando sua atuação na cidade. Deu boas-vindas à Vereadora e ressaltou a importância da participação de lideranças locais no Parlamento, mencionando inclusive a possibilidade de que, no futuro, ela venha a ocupar uma cadeira na Câmara Federal.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado voltou a defender o ex-Presidente Jair Bolsonaro, criticando sua prisão e classificando a decisão como injusta. Argumentou que não houve crime que justificasse a condenação e o processo teria sido conduzido de forma inadequada. Também apontou questões de saúde do ex-Presidente, mencionando complicações decorrentes do atentado sofrido em 2018, além de problemas gastrointestinais e episódios recentes, como pneumonia. Com base nisso, defendeu que Bolsonaro deveria cumprir eventual pena em regime domiciliar, sem limitação de prazo. Por fim, fez críticas ao Ministro Alexandre de Moraes, questionando sua atuação no caso e reforçando a narrativa de perseguição política.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez críticas ao Governo do Presidente Lula, afirmando que promessas não teriam sido cumpridas em áreas como economia, educação, saúde e infraestrutura. Também mencionou o cenário eleitoral, destacando a proximidade das eleições e defendendo que a população avalie o desempenho do Governo ao decidir seu voto. Além disso, criticou propostas de regulação das redes sociais, interpretando-as como tentativa de controle da comunicação. Por fim, manifestou oposição à possibilidade de continuidade do atual grupo político no poder.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado fez críticas ao Governo do Presidente Lula ao comentar investigações relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a possíveis irregularidades envolvendo aposentados. Mencionou a atuação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, em decisões ligadas ao andamento das apurações e defendeu a continuidade das investigações por meio de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Também afirmou que há divergências quanto ao prazo de funcionamento da CPMI, criticando a posição do Governo e defendendo a ampliação do período de apuração



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

para aprofundar as investigações. Por fim, reiterou seu posicionamento favorável à responsabilização de eventuais envolvidos, destacando a importância de apurar os fatos e garantir a punição em caso de irregularidades comprovadas.

General Girão (PL - RN) - O Deputado saudou o ex-Prefeito de Natal (RN), Álvaro Dias, destacando sua presença na Câmara e sua pré-candidatura ao Governo Estadual. Em seguida, criticou a situação do Rio Grande do Norte, apontando dados de alfabetização infantil divulgados pelo Ministério da Educação, segundo os quais o Estado teria o pior índice do país. Na oportunidade, questionou a gestão estadual, mencionando atraso na liberação de emendas parlamentares e levantando suspeitas sobre despesas com publicidade. Por fim, defendeu maior fiscalização por órgãos de controle e criticou a condução administrativa do Governo Estadual, sugerindo inclusive a possibilidade de *impeachment* da Governadora.

ORDEM DO DIA

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado celebrou a ida do ex-Presidente Bolsonaro para sua casa a fim de cumprir prisão domiciliar, destacando que a prisão é ilegal e imoral. Ademais, apontou que não apenas Bolsonaro, mas outros presos políticos enfrentam situação semelhante. Ressaltou o dever dos Parlamentares de defender a Constituição Federal de 1988, constantemente desrespeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, declarou que, em uma democracia, nenhum Poder pode se sobrepor à Carta Magna e reiterou que o País vive uma ditadura.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apelou ao Governador da Paraíba, João Azevedo, para que resolva com urgência a situação salarial dos profissionais da segurança pública do Estado, que estão entre os piores remunerados do País. Ademais, lembrou que o Governador se comprometeu com a categoria e que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

prazo está se esgotando diante de sua iminente saída do cargo para disputar o Senado. Por fim, reforçou o apelo pela valorização dos policiais da Paraíba.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou para o aumento dos casos de feminicídio no Brasil, destacando a covardia dos homens que assassinam suas companheiras. Ademais, informou a apresentação do Projeto de Lei nº 1.380, de 2026, de sua autoria, que aumenta a pena mínima do crime de feminicídio, previsto no art. 121-A do Código Penal, majora as causas de aumento de pena previstas no § 2º do mesmo dispositivo legal e cria nova causa de aumento de pena. Além disso, lamentou que a Constituição Federal não permita a prisão perpétua. Por fim, afirmou que a proposição atende a pedidos de mulheres e manifestou expectativa de aprovação pela Câmara dos Deputados.

Roberta Roma (PL - BA) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, que institui o Dia Nacional da Mulher Rural.

Roberta Roma (PL - BA) - A Deputada proferiu parecer à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, que institui o Dia Nacional da Mulher Rural.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, que institui o Dia Nacional da Mulher Rural.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, que institui o Dia Nacional da Mulher Rural.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, que institui o Dia Nacional da Mulher Rural. Ademais, reconheceu o papel das produtoras rurais diante das dificuldades climáticas e de acesso a recursos financeiros. Além disso, destacou que o agronegócio sustenta o protagonismo do Brasil na produção de grãos. Ao final, contestou o voto contrário do Deputado Kim Kataguri com uma repreensão inadequada ao funcionamento da Casa, ressaltando que o Parlamento deve valorizar as mulheres do campo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, que institui o Dia Nacional da Mulher Rural. Ademais, enalteceu as mulheres da agricultura familiar que organizam a Marcha das Margaridas em Brasília (DF).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado esclareceu que a Liderança da Oposição não endossa a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) no Congresso Nacional, mas reconheceu o acerto da decisão judicial que prorrogou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Destacou ainda que o Presidente do Congresso Nacional estava sendo omissivo e que a decisão judicial dá cumprimento ao Regimento. Ao final, criticou a decisão de Ministro do STF que cancelou a decisão da CPMI sobre a quebra do sigilo bancário do filho do Presidente Lula, o Lulinha.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada agradeceu à Relatora Deputada Roberta Roma e aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, de sua autoria, que institui o Dia Nacional da Mulher Rural. Além disso, denunciou violência política contra a Prefeita de Várzea Grande (MT), do Partido Liberal, apontando que o Presidente da Câmara Municipal, filiado ao MDB, está impedindo a votação de requerimento para destinar mais de sete milhões de reais à saúde municipal. Por fim, informou que a Procuradoria adotará providências sobre o caso.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada leu o Parecer da Relatora, Deputada Rosângela Reis, ao Projeto de Lei nº 126, de 2025, que altera a Lei nº 14.758, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada elogiou a votação de proposições em defesa das mulheres, mas alertou para o aumento dos casos de feminicídio no Brasil e para a insuficiência das medidas diante da gravidade do problema. Ademais, defendeu a necessidade de revisão das estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, destacou que o Estado de Mato Grosso ocupa o terceiro lugar no índice de feminicídios. Por fim, ressaltou que não basta legislar, sendo essencial garantir a efetiva aplicação das leis.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada manifestou-se contrariamente à supressão do § 5º do art. 10 da Lei nº 14.758, de 2023, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 126, de 2025, que altera a Lei nº 14.758, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer. Alertou que o destaque pretende suprimir dispositivo que permite priorizar tecnologias nacionais no uso de recursos públicos. Ademais, defendeu o fortalecimento da ciência, da pesquisa e da inovação em saúde, ressaltando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

importância do investimento em tecnologia nacional, sem excluir soluções inexistentes no País. Ao final, solicitou ao Partido Novo a retirada do destaque para viabilizar a votação integral da matéria.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado defendeu a supressão do § 5º do art. 10 da Lei nº 14.758, de 2023, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 126, de 2025, que altera a Lei nº 14.758, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer. Sustentou ainda que não devem ser priorizar tecnologias nacionais em detrimento da redução do custo do tratamento oncológico. Ademais, argumentou que a compra do medicamento mais barato, nacional ou estrangeiro, permite atender mais pacientes, enquanto a opção por produtos mais caros reduz o acesso e pode comprometer vidas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado argumentou contrariamente à supressão do § 5º do art. 10 da Lei nº 14.758, de 2023, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 126, de 2025, que altera a Lei nº 14.758, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer. Ressaltou que o dispositivo não obriga, mas apenas permite a priorização de tecnologias nacionais. Ademais, sustentou que o incentivo à tecnologia nacional deve ocorrer sempre que possível, sem afastar os critérios da Lei de Licitações, especialmente quanto ao preço. Além disso, destacou que a legislação admite outros parâmetros além do menor valor em determinados casos. Por fim, apelou pela retirada do destaque para preservar o texto da proposição.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada manifestou-se contrariamente à supressão do § 5º do art. 10 da Lei nº 14.758, de 2023, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 126, de 2025, que altera a Lei nº 14.758, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer. Além disso, destacou que decisões em saúde devem considerar eficiência, eficácia e efetividade, além da economicidade, alertando que a busca pelo mais barato pode gerar custos maiores e prejuízos ao erário. Afirmou ainda que o dispositivo não é impositivo e permite priorizar tecnologias nacionais quando compatíveis, sem criar barreiras. Por fim, defendeu que políticas públicas devem priorizar a proteção da vida acima do critério meramente econômico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 126, de 2025, que altera a Lei nº 14.758, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer. Destacou que a proposição remete à observância da Lei de Licitações, preservando a garantia de preferência e prestigiando a tecnologia nacional.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada agradeceu aos partidos pelas contribuições e à Relatora Deputada Rosângela pela oportunidade de defender o Projeto de Lei nº 126, de 2025, que altera a Lei nº 14.758, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer. Ademais, ressaltou que a política deve ser orientada à transformação da realidade social e à promoção do bem comum. Além disso, destacou que a proposição direciona recursos para pesquisa em saúde, com foco na preservação da vida. Por fim, elogiou a Senadora Eudócia pela iniciativa.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "torcedores" contida no parágrafo único do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado defendeu Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, por considerá-lo correto e destacou a relação direta entre equipes de futebol e torcedores, assim como as punições existentes para invasão de campo ou lançamento de materiais agressivos. Ressaltou que as equipes dignas se responsabilizam pelos torcedores, exigindo postura democrática e rejeitando racismo, violência contra etnias e grupos sociais do País.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "torcedores" contida no parágrafo único do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "torcedores" contida no parágrafo único do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "torcedores" contida no parágrafo único do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "torcedores" contida no parágrafo único do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "torcedores" contida no parágrafo único do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "torcedores" contida no parágrafo único do art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, que cria o Cadastro Nacional de Equipes de Futebol e Entidades de Administração do Esporte que tenham sofrido punições decorrentes da prática de racismo (Lista Suja do Racismo no Futebol) durante a realização de partidas de futebol.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada, como Relatora do Projeto de Lei nº 1.069, de 2025, esclareceu que a matéria criava um cadastro educativo para equipes em concorrência no futebol e outras modalidades desportivas. Ressaltou exemplos de racismo, como o de uma patinadora negra e torcidas jogando bananas nos gramados. Ressaltou ainda que o projeto elenca clubes com eventos violentos para que torcidas zelem por seus times. Por fim, defendeu o esporte como ferramenta de inclusão social e pediu a retirada do destaque.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.675, de 2025, que institui o Dia Nacional do Concessionário de Veículos Automotores de Via Terrestre.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.675, de 2025, que institui o Dia Nacional do Concessionário de Veículos Automotores de Via Terrestre.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.675, de 2025, que institui o Dia Nacional do Concessionário de Veículos Automotores de Via Terrestre.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.675, de 2025, que institui o Dia Nacional do Concessionário de Veículos Automotores de Via Terrestre.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.675, de 2025, que institui o Dia Nacional do Concessionário de Veículos Automotores de Via Terrestre.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei n 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei n 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito. Além disso, convocou o Plenário a priorizar ações concretas pelas vítimas, assim como denunciou a extorsão estatal com impostos elevados na compra de veículos e IPVA, que levam a carros precários e acidentes em estradas destruídas sem fiscalização adequada. Assinalou também a leniência com motoristas embriagados ou drogados que causam mortes, além da fiscalização abusiva sobre trabalhadores via *blitz* corruptas. Por fim, celebrou a paralisação na Comissão de Constituição e Justiça de projeto sobre vistoria obrigatória para carros com mais de cinco anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei n 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei n 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei n 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei n 5.189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito. Além disso, assinalou curiosidade quanto a Parlamentares e partidos que defenderam o dia em homenagem às vítimas de trânsito, mas se posicionaram contrariamente a emenda por ele apresentada ao projeto que obrigava o atropelador negligente, culposo ou doloso a ressarcir custos médicos da vítima ou do SUS. Criticou a oposição a medida efetiva contra bêbados, drogados e negligentes que matam, inclusive com assessoria do Ministério da Saúde no Plenário.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado ressaltou denúncias envolvendo o filho do Presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva. Argumentou que a defesa teria confirmado ao Supremo Tribunal Federal (STF) que uma viagem internacional foi custeada por Alexandre Carlos de Souza, apelidado "Careca do INSS" e apontado como investigado em esquemas relacionados à Previdência Social. Mencionou ainda a Operação Intocáveis, na qual o referido empresário teria sido preso, e levantou questionamentos sobre possíveis relações entre interesses privados e proximidade com o poder público. Também citou princípios constitucionais, como o da moralidade administrativa, e afirmou que situações envolvendo familiares de autoridades públicas podem ter impacto direto na confiança nas instituições. Por fim, cobrou esclarecimentos sobre as relações mencionadas, defendendo maior transparência e responsabilidade pública diante das denúncias apresentadas.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou avanços na educação do Tocantins, enfatizando o desempenho do Estado na alfabetização infantil. Ressaltou que o Estado conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, concedido pelo Ministério da Educação, sendo o único da Região Norte a alcançar a categoria ouro; e a evolução dos indicadores educacionais, com o índice de crianças alfabetizadas na idade adequada passando de 14% em 2021 para 61% em 2025, superando a meta estabelecida. Também destacou a participação dos Municípios, com diferentes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

níveis de certificação, evidenciando cooperação entre Governos locais e estadual. Mencionou políticas públicas como o programa Alfabetiza Mais Tocantins, além do reconhecimento à gestão do Governador Wanderlei Barbosa e do Secretário de Educação Fábio Vaz. Por fim, reforçou a importância da educação como política de Estado e apontou a meta de ampliar ainda mais os índices de alfabetização até 2030, defendendo a continuidade das ações implementadas.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou a realização de sessão solene em homenagem ao Dia Mundial das Doenças Raras. Ressaltou os desafios enfrentados por pacientes e famílias no acesso ao diagnóstico, tratamento e políticas públicas, defendendo maior integração entre áreas como saúde, assistência e educação. Apontou a importância da pesquisa científica, da conscientização social e do fortalecimento da atenção especializada. Destacou ainda o papel das associações de pacientes e a necessidade de apoio psicossocial às famílias. Também reforçou o compromisso do Parlamento com políticas que garantam dignidade, inclusão e atendimento adequado às pessoas com doenças raras.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou a importância da educação como base para o desenvolvimento nacional, ao registrar o êxito do Selo Nacional de Alfabetização. Nesse sentido, ressaltou o avanço de 199 Municípios do Maranhão na promoção da alfabetização infantil, com foco em ensino na idade adequada, acompanhamento individual dos alunos e valorização dos professores. Apontou ainda os impactos positivos dessas iniciativas na transformação social e na ampliação de oportunidades. Defendeu a replicação dessas práticas em todo o País e o fortalecimento de políticas públicas educacionais, com investimento, inovação e parcerias institucionais para garantir o direito à alfabetização.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.805, de 2025, que instituiu o Dia Nacional da Mulher Rural, como medida de reconhecimento e valorização. Ressaltou o papel das mulheres no campo na produção de alimentos, na economia e na preservação de tradições, apontando participação expressiva na força de trabalho e na gestão de propriedades. Alertou para desafios como acesso limitado a crédito, assistência técnica e titularidade da terra. Defendeu a data como instrumento de conscientização e estímulo a políticas públicas mais inclusivas. Ao finalizar, reforçou que valorizar a mulher rural contribui para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar do País.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado registrou o Dia Mundial da Água, destacando a importância do recurso e a necessidade de gestão eficiente. Apontou que, apesar da abundância hídrica no Brasil, persistem problemas de acesso à água tratada, falhas no abastecimento e perdas significativas na distribuição. Ademais, criticou a má gestão, defendeu investimentos em saneamento e infraestrutura e ressaltou a relação direta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 37.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 24/03/2026

entre água, saúde pública e desenvolvimento. Também alertou para desperdícios elevados e para a necessidade de maior fiscalização e governança. Por fim, reforçou que o acesso à água constitui direito básico e deve ser assegurado com qualidade à população.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a suspensão da travessia no rio Autaz Mirim, na BR-319, destacando impactos sobre transporte, abastecimento e comunidades da região amazônica. Apontou que a paralisação decorreu da necessidade de reconstrução da estrutura, resultado de falta de manutenção e planejamento. Além disso, ressaltou a dependência da rodovia como único elo terrestre de Manaus (AM) com o restante do País e a fragilidade das travessias por balsa. Defendeu a substituição por estruturas fixas, com cronograma, orçamento e comunicação adequada. Alertou para a ausência de política consistente de infraestrutura na região Norte e cobrou ações preventivas para evitar novas interrupções.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado destacou o Dia Internacional da Síndrome de Down como momento de reflexão sobre inclusão, respeito e garantia de direitos. Ressaltou a importância das APAEs no acolhimento, educação e promoção da autonomia de pessoas com deficiência intelectual, defendendo o fortalecimento dessas instituições. Também reafirmou compromisso com a ampliação de políticas públicas, recursos e acesso a direitos como educação, saúde e trabalho. Além disso, alertou para a necessidade de evitar retrocessos e transformar discursos em ações concretas. Ao concluir, registrou e reconheceu o trabalho de diversas APAEs paulistas pelo impacto social e atendimento às famílias.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado apresentou estudo da Universidade Federal de São Paulo que evidenciou desigualdades no tratamento de infecções hospitalares. Destacou que, embora as internações por doenças como pneumonia sejam distribuídas de forma semelhante, a mortalidade se concentra em determinadas regiões. Apontou fatores como acesso a UTI, rapidez no diagnóstico, disponibilidade de exames e estrutura hospitalar como determinantes para os resultados. Também ressaltou que populações mais vulneráveis chegam em condições mais graves ao sistema de saúde. Ao concluir, defendeu a necessidade de garantir padrão de atendimento uniforme no SUS, conforme previsto na Constituição, assegurando acesso igualitário e redução das desigualdades.

ENCERRAMENTO